

03.08.2019

mesa 5

08h30 - 10h30

**Lutas Urbanas:
Movimentos Sociais
e Participação**

coordenação
Adília Sozzi
mediação
Rosangela Paz

Lutas urbanas e a Participação Social: um olhar a partir da experiência de Porto Alegre.

Bruna Bergamaschi Tavares¹
Clarice Misoczky de Oliveira²
Pedro Xavier de Araujo³
Sofia Sanvicente Nazario⁴

Introdução

As lutas urbanas e as reivindicações de coletivos e movimentos sociais, em torno do direito à cidade, tiveram papel fundamental nos avanços legais e institucionais no Brasil nas últimas décadas. O próprio capítulo dedicado à Política Urbana na Constituição Federal de 1988 é, em grande parte, fruto da luta desses movimentos que, também, foram atuantes no enfrentamento à ditadura militar e no processo de redemocratização do país no final do século XX. Esse esforço culminou na publicação do Estatuto da Cidade, em 2001. Uma lei avançada, que aborda a cidade pela perspectiva de sua função social, trazendo uma série de instrumentos para o enfrentamento da especulação imobiliária e para a garantia do direito à cidade para todos. Com a eleição do Presidente Lula, em 2003, essa agenda que vinha sendo construída pelos movimentos e lutas, passa a servir de base para a construção do Ministério das Cidades.

Paradoxalmente, esse histórico de conquistas no campo legal e institucional não se traduziu em transformações concretas nas cidades. Apesar dos direitos previstos na legislação, o enfrentamento aos interesses do capital e à agenda neoliberal dominante permanecem muito difícil no território, onde as necessidades dos grupos marginalizados seguem desatendidas. Os instrumentos legais previstos para a promoção do direito à cidade e a superação da segregação socioespacial enfrentam grande resistência para sua aplicação, seja por parte dos governos locais, do judiciário conservador, ou devido à grande influência dos atores ligados ao mercado imobiliário e ao capital.

¹ Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR-UFRGS. Núcleo Porto Alegre - BrCidades.

² Diretoria executiva do IAB-RS e Cidade em Projeto - Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPLAB)-UFRGS. Núcleo Porto Alegre - BrCidades.

³ Arquiteto, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR-UFRGS, Delegado do Fórum Regional de Planejamento 1, em Porto Alegre. Núcleo Porto Alegre - BrCidades.

⁴ Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC)-UFRGS e Bolsista de Extensão do Projeto Mulheres e Cidade UFRGS. Núcleo Porto Alegre-Br Cidades.

As autoras e autor agradecem a Bruna Marques (Núcleo Porto Alegre - BrCidades) pela colaboração na elaboração da relatoria do seminário realizado em maio de 2019, no IAB-RS, no GT Lutas Urbanas e Participação e por sua contribuição na construção dos temas a serem abordados no texto. Agradecemos também a todos participantes da mesma oficina pela discussão coletiva que deflagraram os temas do texto.

Esse contexto renova a importância das lutas urbanas e da maior participação da sociedade nos processos urbanos. Se os avanços legais e institucionais não são suficientes, é na disputa concreta do território que pode-se conquistar ou garantir melhores condições de vida para a população das nossas cidades.

Em Porto Alegre, a última década do século XX, se configurou como um período de fortalecimento das ações de movimentos sociais no contexto urbano. No início dos anos 2000, Porto Alegre foi sede do Fórum Social Mundial, um momento de efervescência e celebração da formulação de práticas contra-hegemônicas. No entanto, logo após a realização dos FSM, as políticas públicas em Porto Alegre passaram por uma inflexão neoliberal que avança, nos dias de hoje, para práticas ultraliberais como a privatização dos serviços urbanos básicos (transporte, saneamento, saúde, educação e assistência social) e, até mesmo, dos espaços públicos e dos imóveis de propriedade municipal. Avança-se na mercantilização da cidade nos mais variados níveis da vida urbana, enquanto atacam-se as estruturas públicas de gestão. A gentrificação e a exclusão social têm configurado a realidade cotidiana em Porto Alegre. Neste cenário as pautas das lutas urbanas ganham novos contornos.

De todos os modos, ainda que sob as mais variadas adversidades, o acúmulo social na capacidade organizativa para a participação nas esferas de tomada de decisão – fruto dos anos de implantação do Orçamento Participativo pelas administrações progressistas do final do século XX – pode ser percebido até os dias de hoje. Uma cultura de participação e de resistência se destaca no cenário porto-alegrense. Apresentamos a seguir algumas situações e lutas vivas, no território de Porto Alegre, que lançam uma luz sobre realidades semelhantes em outras cidades do país. O texto organiza-se em cinco partes: (1) políticas públicas e participação social em Porto Alegre; (2) disputas dos espaços institucionais de participação; (3) o caso do Cais Mauá; (4) Planos Populares como nova prática de organização social; por fim, (5) os desafios para o futuro.

1. Políticas Urbanas e a Participação Social em Porto Alegre

Considerando a cidade de Porto Alegre e seu desenvolvimento sobre gestão urbana, sempre é preciso mencionar a promoção inovadora do Orçamento Participativo (OP), nos anos 1990. Muito mais que um instrumento de democracia participativa, o OP promoveu a necessidade e a possibilidade da população pensar, discutir e compreender as demandas da região onde vivem, aproximando esses atores a dimensão da capacidade financeira de execução das mesmas. Ou seja, um exercício de prática cidadã que une os níveis institucionais com os níveis sociais os quais tornam-se políticos em sua capacidade de incidir na gestão da cidade.

Ainda nos anos 1990, além da experiência do OP (difundida mundialmente), ocorreu um amplo processo de participação social para formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA). O processo de elaboração do plano estendeu-se por seis anos – de 1993 a 1999 – ao longo dos quais foram realizados dois Congressos da Cidade, diversos seminários, debates e oficinas, além da própria discussão na Câmara de Vereadores antes de sua aprovação final.

O PDDUA estabelecia alguns instrumentos para garantir que o planejamento e a gestão da cidade se configurassem como um processo permanentemente participativo. Segundo os técnicos que trabalharam na sua elaboração, era necessário criar “canais adequados de acesso e participação da população e aos movimentos sociais (...) garantindo um processo permanente de discussão e análise das questões urbanas e suas contradições inerentes” (GREEN, 1999).

Um dos canais concebidos para a participação da sociedade foi o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Porto Alegre já contava com um Conselho do Plano Diretor, mas sua composição não era tão aberta à participação da comunidade. Além disso, no entendimento dos autores do PDDUA, o Conselho antigo vinha “assumindo um papel burocrático e se restringindo a opinar em questões demandadas por processos administrativos pontuais e geralmente de interesse de grupos isolados e corporativos” (GREEN, 1999).

Como parte do sistema de planejamento e gestão do PDDUA, a cidade foi organizada em 8 unidades territoriais definidas como Regiões de Gestão do Planejamento (RGP). Cada região elege periodicamente um(a) conselheiro(a), com dois suplentes, e uma série de delegados(as), que são os cidadãos que vão representar os seus bairros nos canais de participação. O coletivo formado pelos(as) conselheiro(as) e delegados(as) constitui o Fórum Regional de Planejamento (FRP) de cada região. Esta divisão territorial deu suporte para uma nova composição do CMDUA, mais plural e democrática, uma vez que 1/3 do CMDUA passou a ser composto pelos Conselheiros eleitos por cada região, mais um representante do OP; outro terço composto por técnicos da Prefeitura e a última parte composta por entidades de classe ligada à produção da cidade, arquitetura e urbanismo e à questão ambiental. O Conselho também assumiu novas atribuições como a formulação de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; a promoção de debates sobre os planos e projetos em andamento; e o encaminhamento de propostas oriundas de setores da sociedade.

Paradoxalmente, outra novidade do PDDUA acabaria limitando o papel CMDUA, reduzindo-o ao papel burocrático criticado no conselho anterior. Buscando evitar a rigidez dos planos reguladores da década de 1970, o PDDUA estabeleceu que alguns projetos, por sua natureza, escala ou nível de impacto, poderiam escapar às regras gerais do plano, recebendo uma análise específica. O CMDUA passou a ser o espaço de aprovação desses *Projetos*

*Especiais*⁵. Como ocorria no passado, o CMDUA, atualmente, limita-se a deliberar em processos pontuais de interesse de promotores privados.

2. Disputas nos Espaços Institucionais de Participação Social

Assim como ocorreu no caso do OP, e de outras iniciativas legislativas ligadas às políticas urbanas, com o passar do tempo e a sucessão de governos, o caráter democrático do CMDUA foi perdendo a força da proposta original. Setores ligados ao mercado da construção civil e seus representantes políticos souberam se apropriar das novas regras e dos novos espaços, não encontraram grande resistência por parte da população ou dos novos governantes que já não eram tão comprometidos com os ideais originais de democracia e ampla participação.

Além da recorrente cooptação de delegados e conselheiros em troca de vantagens ou favores, setores ligados ao mercado imobiliário passaram a se organizar e a desenvolver estratégias para vencer as eleições do Conselho e constituir maiorias, garantindo a aprovação dos projetos ali encaminhados. Entidades ou lideranças vinculadas à defesa do direito à cidade passaram a perder espaço no CMDUA, devido às manobras eleitorais dos setores da construção civil.

Frente a esta situação, com a proximidade do período eleitoral para o conselho no início de 2018, um amplo grupo de entidades, movimentos e coletivos ligados às questões urbanas com uma agenda em comum, baseada na defesa do direito à cidade, iniciou uma articulação para resgatar o espaço perdido no CMDUA. A articulação foi vitoriosa e, em paralelo, atores ligados a esses coletivos compuseram chapas para as disputas nas suas regiões. Essa nova configuração do CMDUA renovou as esperanças no conselho como um espaço democrático e aberto ao debate sobre os rumos do desenvolvimento urbano em Porto Alegre.

Porém, as mudanças na composição do Conselho não representaram uma alteração significativa na sua forma de funcionamento, uma vez que o governo municipal alterou unilateralmente o regimento, regras das reuniões, negociou apoio com lideranças e logo recompôs sua maioria, neutralizando, parcialmente, a derrota eleitoral. Os conselheiros eleitos com a bandeira do direito à cidade não conseguiram alterar as pautas e os rumos dos debates, limitando sua atuação ao questionamento das eventuais ilegalidades autorizadas naquele espaço ou dos projetos que poderiam gerar impactos negativos na cidade.

Diante deste cenário, os integrantes do Fórum Regional de Planejamento 1 (FRP 1), comprometidos com as lutas vivas na região, elaboraram um mapeamento que mostrava uma série de conflitos no território, onde interesses do mercado imobiliário chocavam-se com os

⁵ Nomenclatura definida no PDDUA para os projetos que podem receber análises diferenciadas em relação ao impacto urbano e especificidades de implementação.

interesses dos moradores. O Fórum decidiu se aproximar destes atores (ocupações, movimentos, coletivos, espaços em disputa) e se propôs a organizar uma Plenária Aberta da RGP1. A proposta da plenária foi apresentada para mais de 50 coletivos e movimentos que prontamente aderiram à ideia.

O processo de construção da Plenária e sua própria realização fortaleceram os vínculos entre esses diversos movimentos e coletivos que fazem a luta urbana na região central de Porto Alegre. A estratégia adotada foi realizá-la no espaço público, em uma área de relevância e confluência de público, para ampliar o debate e a participação – o Parque Farroupilha. A partir de então, a atuação do Fórum da Região 1 ampliou-se como um a frente ampla e diversa de resistência e defesa do direito à cidade para além da sua atuação no CMDUA.

As reuniões dessa Frente passaram a ocorrer de forma itinerante e descentralizada, nas ocupações existentes e nas sedes dos diferentes coletivos e movimentos, aproximando ainda mais cada um dos atores e realidades. Essa proximidade e articulação permitiram que a Frente estivesse preparada para reagir com rapidez frente a situações colocadas pelo executivo municipal, como um Projeto de Lei que autorizava o executivo a conceder os espaços públicos à iniciativa privada; ou a defesa das ocupações ameaçadas de despejo. Em ambas, a situação a Frente conseguiu pautar o debate levando sua voz para a mídia, para o CMDUA, para a Câmara de Vereadores e criar elos de solidariedade e apoio entre os diferentes movimentos e coletivos.

A experiência é recente e seus desdobramentos, ainda, são imprevisíveis. Mas já é notável a crescente articulação de grupos e atores com foco prioritário na disputa em torno da revisão do Plano Diretor, prevista para 2020, mas também em outras disputas, no território, atuais e futuras.

3. Porto Alegre: Novos fronts de luta urbana

Para que seja possível a compreensão da força mobilizatória que fez a cidade de Porto Alegre pulsar nos últimos 10 anos, é fundamental entender a cidade onde esta situação emergiu. É uma cidade abandonada e gentrificada, desvalorizada e privatizada, esvaziada e superlotada, congestionada e imobilizada. Essas questões são partilhadas por várias capitais, principalmente, a partir da reconfiguração urbana forçada pelo advento dos megaeventos. A partir da insatisfação com as políticas municipais de restrição do uso dos espaços públicos e de repressão à vida noturna na cidade, emergiu, em Porto Alegre, em 2012, o coletivo Defesa Pública da Alegria (DPA). O objetivo era denunciar as crescentes parcerias público-privadas - muitas delas relacionadas à preparação para a Copa do Mundo da FIFA de 2014 – os processos de especulação imobiliária e intervenções do poder público municipal que trouxeram como consequência o fechamento dos bares da Cidade Baixa, região boêmia da cidade (ALEGRIA,

2017). O coletivo, ao realizar atos político-culturais em espaços em disputa, visava tensionar e mobilizar pautas relativas ao direito à cidade e, principalmente, a privatização dos espaços públicos. O DPA atua realizando atos político-culturais em defesa de locais significativos da cidade como o Auditório Araújo Vianna, o parque da Redenção, a ocupação Saraí e o Cais do Porto.

Nesse contexto, surgem outros coletivos e movimentos contestatórios na cidade. Quando da tentativa da prefeitura de restringir o uso do Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público da cidade e transformá-lo em estacionamento, por exemplo, surge o “Largo Vivo”, ocupação sistemática político-cultural do local, que visava ao mesmo tempo intensificar a produção do Largo como espaço comum e denunciar a iniciativa da prefeitura (ALEGRIA, 2017). Um pouco antes, em 2011, observava-se o fortalecimento de coletivos como a Massa Crítica e o Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Apesar de possuírem composição política, estratégia e táticas distintas ambos são novos atores que contestam as políticas de mobilidade na cidade. De acordo com o ALEGRIA (2017, p.119), “o auge da tática de ocupação talvez tenha sido a da Câmara dos Vereadores, promovida pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, que conseguiu acuar o poder público e demonstrar forte capacidade de mobilização, articulação e criatividade política”. Durante a ocupação, dois projetos de lei são construídos de forma autônoma e coletivamente com o intuito de tornar 100% público o transporte e implementar o passe-livre na cidade. Atualmente, desenrola-se a privatização do Cais do Porto, deixando clara a constante ofensiva do capital imobiliário sobre a orla da cidade.

Cais para quem?

Porto Alegre é conhecida pelo seu belo pôr do sol, contudo o projeto de revitalização em curso prevê excluir uma parte da população da beira do rio, já que não se trata de um projeto para a cidade, mas, sim de um plano de negócios. Na margem esquerda do Guaíba, com uma extensão de mais de três quilômetros, localiza-se o Cais, construído no início do século XX, um dos mais valiosos patrimônios públicos da cidade. O Cais do Porto é um ponto icônico para a cidade por se tratar de um espaço onde nasceu Porto Alegre, tombado pelo IPHAN em 1983. O espaço do Cais foi utilizado em diversos eventos populares como a tradicional Feira do Livro, Bienal, ensaio da orquestra municipal, shows e festas públicas. Entretanto, tudo foi proibido a partir de 2010, quando o consórcio “Cais Mauá do Brasil S.A” assumiu a área e, por volta de 2014, vetou o acesso da população ao Cais. Sem a realização de concurso de projetos e pesquisa com os habitantes da cidade, a área foi entregue a este consórcio que planejava a construção de um shopping, torres comerciais e 4 mil vagas de estacionamento. Um projeto anacrônico que iria descaracterizar a região, prejudicar o comércio de porta de rua, a matriz

econômica do centro da cidade e congestionar ainda mais a avenida Mauá. Todavia, como forma de resistência ao projeto de revitalização vigente, a partir do Defesa Pública da Alegria, é criado o coletivo “Ocupa Cais Mauá” inspirado no similar “Ocupe Estelita”, movimento contrário à transformação do cais da cidade de Recife em um empreendimento imobiliário com 40 torres comerciais. No final de 2013, foi realizado um grande ato político-cultural “Defesa Pública do Cais do Porto”, este ato concentrou mais de mil pessoas no Cais. Foi palco de rodas de conversa, confecção de cartazes, produção em serigrafia, shows e diversas atividades que instigaram a população a informar-se sobre o assunto. A partir desse momento, emerge o coletivo “Cais Mauá de Todos” e a Associação de Amigos do Cais do Porto (AMACAIS) que denunciam ao poder público as diversas ilegalidades do projeto no âmbito da legislação ambiental e urbana. Também há a abertura de inquéritos no Ministério Público Estadual e na Justiça, colocando em suspeita a idoneidade do consórcio.

Então, em 2018, a Polícia Federal inicia a apuração das suspeitas na Operação Gatekeeper que trouxe à tona um esquema em que o fundo de investimentos aplicavam valores em empresas de construção civil sem que as obras públicas fossem, de fato, executadas e, possivelmente, desviando as quantias para benefício de seus próprios administradores. O atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou no final de maio de 2019 a rescisão do contrato com a Cais Mauá do Brasil S.A, seguindo a orientação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que apontou descumprimento de, pelo menos, seis compromissos firmados desde 2010. No mesmo dia do anúncio do governador, o AMACAIS e o coletivo “Cais Mauá de Todos” lançaram um vídeo-escracho “De tubarões, bananas e lacaios- A novela do Cais” em que denunciam essa trama oligárquica e dolosa em que empreendedores mal intencionados e incapazes cooptam e manipulam agentes públicos no executivo, no legislativo e no judiciário (com MP), com apoio de mídia cativa, visando unicamente a busca de lucros, prevalecendo-se do patrimônio público da cidade.

4. Planos Populares como nova prática de Organização Social

Assim como outras cidades brasileiras, Porto Alegre deveria revisar seu Plano Diretor, que deve ser aprovado até abril 2020. No entanto, até o presente momento, o processo de revisão não foi iniciado – sobretudo, não foi tornado transparente e aberto à participação social. Em um processo de internacionalização da cidade bastante evidente, após a realização da Copa do Mundo 2014. As administrações municipais têm recorrido, sistematicamente, a aportes de programas ligados a agências internacionais. É o caso do programa *Cidade Resiliente*, da *Fundação Rockefeller* e dos recentes recursos aportados pelo Banco Mundial para a reconversão de antigas áreas industriais para o desenvolvimento de bairros voltados para o desenvolvimento

de indústria de tecnologia e de inovação. Nesta esteira, Prefeitura de Porto Alegre vem negociando com o Banco Mundial o aporte de recursos do para a contratação de consultoria internacional para a revisão de Plano Diretor.

Diante deste cenário, o IAB-RS , Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio grande do sul, inserido no contexto de reapropriação das instâncias participativas como o CMDUA (relatado anteriormente), com o apoio de movimentos de base, ativistas, acadêmicos e sindicatos submeteu um projeto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-RS) para obtenção e patrocínio para a realização de Planos Populares nas Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs) de Porto Alegre. A ideia de elaborar um Plano de Ação Popular nasceu da campanha para a nova composição do CMDUA como a possibilidade de promover a capacitação técnica em planejamento urbano dos novos Conselheiros e, ao mesmo tempo, ter um produto final propositivo de modo a criar uma outra lógica de atuação das organizações sociais.

A essência do projeto é ocupar os espaços institucionais ainda vazios ou em disputa, afinal, os Planos de Ação Regional são previstos no PDDUA, mas nunca foram desenvolvidos. Assim como os Fóruns Regionais de Planejamento (FRPs) tinham atividades limitadas ou inexistentes, em muitos casos. Importa destacar, que diferentemente do OP, os FRPs foram idealizados no PDDUA para ser o espaço de participação social especificamente no campo do planejamento urbano, atividade não realizada no OP. No entanto, uma estrutura de corpo técnico do estado não chegou a ser implementada com a mesma envergadura do OP. Até os dias de hoje, os FRPs não têm regulamentação e, portanto, não tem a obrigação legal de acontecer.

De tal forma, os Planos Populares têm não apenas o objetivo de se configurar como uma ação propositiva a partir das bases sociais, mas tem o comprometimento com o fortalecimento de uma instância participativa de munir os Conselheiros de informação técnica para que o debate travado no CMDUA se realize de maneira menos desigual. Os Planos Populares poderão, ainda, representar um documento importante de decisões e projeções, ideias, desejos, dificuldades para o futuro elaboradas,conjuntamente,entre conselheiros, delegados, moradores e movimentos sociais de cada região envolvida no projeto.

Ao todo estão sendo elaborados os Planos Populares em cinco das oito regiões. Em sua elaboração, são realizadas oficinas em diferentes lugares de cada região abordando os temas pertinentes à vida urbana cotidiana, às lutas históricas e transformações ao longo da história da região, o que os Planos Diretores preveem para cada uma delas e, por fim, uma etapa propositiva, não só dos projetos necessários, mas as possibilidades de viabilizá-los.

Ao final do projeto estipula-se a realização e uma conferência popular da cidade onde cada região poderá apresentar as suas propostas e apresentar um contraplano, tendo em vistas as disputas da revisão do plano diretor. Os desafios são imensos, mas a realização do Plano

Popular leva consigo não a resposta para os problemas urbanos, mas a criação de um espaço de debate, de encontro e de confronto de ideias entre os setores da sociedade excluídos dos processos de participação social. Os Planos Populares podem ser caracterizados com uma estratégia de ação insurgente que se utiliza dos espaços existentes para criar novas formas de atuação na produção da cidade.

5. Desafios para o Futuro

As diferentes lutas e mobilizações relatadas nesse texto definem uma amostra bastante representativa dos movimentos de resistência que seguem em direção de práticas que não só defendem uma cidade mais plural e participativa, como também procuram enfrentar e denunciar as práticas que têm como consequência uma cidade-mercadoria (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000) a serviço de parcelas privilegiadas da sociedade. Compreendendo que esses grupos trabalham em processos e em redes que auxiliam o exercício do direito à cidade, o projeto BR Cidades vem ao encontro dessa dinâmica.

No sentido de fortalecer as práticas cidadãs, o núcleo BR Cidades Porto Alegre tem se colocado como um canal a favor dessas lutas com a intenção de propor uma nova agenda urbana. Esse texto se torna símbolo das reflexões desenvolvidas pelo núcleo com a participação de diferentes indivíduos, coletivos e movimentos interessados em pensar a cidade. Para que fosse possível realizar um mapeamento dos tensionamentos que permeiam o espaço urbano, foi realizado um seminário em que as problemáticas da cidade foram discutidas a partir de dois eixos: Gênero, Raça, LGBTQI e Classes e Lutas urbanas e participação. Procurou-se, aqui, aprofundar as questões trazidas no seminário pelo eixo “Lutas urbanas e participação”.

Entre as ideias de ação inserem-se o maior conhecimento da estrutura pública e das participações sociais, a fim de fortalecer os instrumentos participativos, a exemplo dos conselhos e instâncias de participação, entendendo a importância de valorizar instrumentos já formalizados. Também foram pensadas a criação de espaços de participação e ação social, políticas educacionais como projetos de inserção das temáticas da cidade no Ensino Básico. Pensa-se no desenvolvimento de ações de “Pedagogia Urbana”, visando aproximação com as áreas de periferia da cidade. Também estão nos planos do grupo, a promoção de mobilização social e intervenção no espaço público com articulação com as regiões do OP e os conselhos, reestruturação de redes de apoio e espaços de acolhimento autônomo, buscando a promoção dessas atividades de forma descentralizada e abrangente.

Por fim, considera-se que a caminhada do núcleo Porto Alegre do BR Cidades está em fluxo e articulação para a concepção de um trabalho que pretende evoluir desde a escala local,

com aplicações a curto prazo até as ações que exigem uma construção bastante responsável e apurada, com vistas de concretização a longo prazo.

Referências Bibliográficas:

ALEGRIA, D. P. **O Defesa Pública da Alegria e o Ato Político-Cultural**. In: Nadir Lara Junior. (Org.). O Ato Estético-Político. 1ed.Curitiba: Appris, 2017, v. 1, p. 115-132.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

GREEN, Eliane D'Arrigo. **Sistema municipal de gestão do planejamento**. Porto Alegre, 1999.
Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/9.htm>>. Acesso em: 12/06/2019.